

Democracia - Sem mudanças na concentração de poder da mídia, nada feito

Na mão de seis famílias



Família

Professor Paulo Roberto Leal, da Faculdade de Comunicação Social da UFJF, assina artigo na página 04 em que ressalta a necessidade do tema da democratização da mídia voltar ao centro do debate nacional. Ele mostra que o sistema comunicacional brasileiro é altamente concentrado, com pouquíssimas empresas, controladas por algumas famílias, que são proprietárias de praticamente todos os veículos de comunicação de alcance nacional

Mão

PÁGINAS 4 e 5

Se fosse aplicada desde 2009, Emenda 95 cortaria meio bilhão na UFJF

PÁGINA 6

Câmara Municipal de Juiz de Fora ignora proposta da sociedade e tratora Plano Municipal de Educação

PÁGINA 3

Professor Cacáudio lança seu primeiro CD «Mantiqueira»

Recheado de canções e poesia, contendo ciranda, modinha, valsa, toadas, choro e blues, o CD Mantiqueira, de Cacáudio, do ICE/UFJF, é carregado de participações especiais de Juiz de Fora e de artistas de renome como Paulinho Pedra Azul, Cristovão Bastos, Ronaldo do Bandolim e Toninho Ferragutti.

PÁGINA 7

ANDES-SN

62º CONAD vai debater estratégias de luta e de resistência dos trabalhadores

PÁGINA 2

Artigo

Práticas integrativas e complementares são alternativa à promoção da Saúde

PÁGINA 8

Editorial

Março de 2017 apresentou um contexto de fortalecimento das lutas, de intensificação da mobilização e de construção da resistência que desafia a organização da classe trabalhadora a se colocar num patamar distinto de enfrentamento do processo de dominação instaurado pelo ilegítimo Governo Temer.

Decerto que o aparato ideológico e político, bem como a coerção jurídico e policial, continuam a ser utilizados pelo bloco no poder para garantir os interesses da burguesia brasileira que se voltam agora para o desmonte dos direitos previdenciários e trabalhistas. Entretanto, a capacidade de naturalização desse desmonte debilitou-se na medida em que a estratégia da unidade da classe trabalhadora empreendeu um sentido de construção coletiva desde baixo.

O Dia Internacional da Mulher expressou essa construção coletiva, difundindo pelos grupos organizados e pelas redes sociais que a luta contra a opressão de gênero se articulava ao combate às contrarreformas da Previdência e Trabalhista. A conexão com uma mobilização de projeção mundial fez ecoar mais forte as lutas que envolvem as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

A mobilização de 15 de março demonstrou que a construção coletiva da unidade avançava possibilitando que as ruas das cidades brasileiras fossem ocupadas por centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores. Em que pesem a utilização truculenta da força policial e o silêncio ensurdecedor da imprensa, a capacidade de mobilização e de organização trouxe para a cena política sujeitos coletivos muito importantes na história das lutas do povo brasileiro. Sindicatos, movimentos do campo e da cidade, partidos políticos mostravam que a unidade da classe trabalhadora é uma conquista de muitas bandeiras, de diversas cores, de variados matizes.

O ANDES-SN aderiu

ao processo de construção unitária das lutas, proporcionando a participação significativa das professoras e professores no dia 15 de março. Em Juiz de Fora, o ato-passeata que reuniu em torno de 20 mil manifestantes contou com ampla presença de docentes da UFJF e do IF Sudeste MG. Todos os que estão indo as ruas lutam contra as propostas do ilegítimo Governo Temer de contrarreforma da Previdência e Trabalhista.

O conservadorismo verde e amarelo parece desbotar e empalidecer, pois se ressentido de condições de continuar disseminando o engodo político e ideológico dominante. Cabe ressaltar, todavia, que estamos longe de conter os interesses recessivos e autoritários dos poderosos.

Como efeito das mobilizações de março, houve recuo no calendário do Congresso para a aprovação da Reforma da Previdência. Temerosos, os parlamentares buscam manobras para ludibriar suas bases. Ao mesmo tempo, aprovam a legislação que permite a terceirização da atividade-fim, empreendendo mais um golpe sobre a classe trabalhadora e tentando preparar o terreno para a Reforma Trabalhista.

A Greve Geral, marcada para 28 de abril, expressa um patamar superior de unidade.

Nesse momento, a atuação das Centrais Sindicais representativas da classe trabalhadora se constitui como fundamental no enfrentamento com os interesses dominantes. Mas, essa atuação não prescinde da capacidade de mobilização e organização dos de baixo. Ao contrário, a atuação protagonista das Centrais depende das energias dos sindicatos, dos movimentos do campo e da cidade, da juventude, enfim, da convicção popular de que somente a resistência unitária, coletiva e democrática pode superar esse contexto de retirada de direitos, sem negociações pelo alto, sem acordos escusos, sem conformismo pelego.

Não deu na imprensa

Manifestações Invisíveis

No dia 15 de março, milhares de trabalhadores ocuparam as ruas para se manifestar contra a reforma da previdência. Em Juiz de Fora, foram 20 mil e, em todo o país, grandes multidões organizaram atos de protesto. Um fato que chamaria a atenção da mídia de qualquer país, dada a relevância democrática do povo nas ruas. Mais de 125 cidades, incluindo 25 capitais, segundo dados da Carta Capital, registraram grandes manifestações e paralisações de trabalhadores. No entanto, a mídia brasileira decidiu solenemente ignorar o motivo dos atos e, sem ter como negar o fato, preferiu focar nos problemas, causados pelas manifestações no cotidiano dos trabalhadores, dando importância aos transtornos provocados pelo trânsito.

Na internet

Em contraposição às milhares de imagens, vídeos ao vivo e falas capturadas dentro das

manifestações, que tomaram as redes sociais; à força da greve geral no Twitter, facebook, Instagram etc; os telejornais noturnos não deram números, não entrevistaram lideranças ou populares e tentaram colocar trabalhadores assistindo TV contra trabalhadores protestando.

Na Globo

O Jornal Nacional, da Rede Globo, falou muito sobre a Lava Jato e reservou 2 minutos e 40 segundos para relatar multidões que tomavam as ruas em dez capitais, com destaque para os problemas na volta para casa do trabalhador por culpa dos atos e para as escolas e agências bancárias fechadas. Logo depois, Michel Temer entra dando declarações sobre a importância das reformas para o país. Na sequência, a notícia de que a agência Moody's mudou a expectativa em relação à economia brasileira de negativa para estável, já que o governo se mostra promissor e responsável com as reformas.

Na TV Record,

O discurso continuou afinado na TV de Edir Macedo. Nem uma palavra sobre os motivos das manifestações, ou entrevistas, apenas o problema causado no trânsito.

Com dezenas de milhares de pessoas nas ruas, lutando contra a retirada de direitos, as imagens foram feitas nas filas dos ônibus, com entrevistas dos usuários prejudicados.

Na Bandeirantes

Seguiu-se a ladainha na Família Saad sobre o trânsito e um senhor entrevistado disse que os sindicatos têm muito poder e isso tem que acabar. «Escolas fechadas prejudicam a educação».

Na TV Brasil

Na estatal, houve um link ao vivo com a manifestação, mas os gritos da multidão entoando “Fora Temer” foram tão avassaladores que as imagens foram impedidas de serem veiculadas no site da emissora.

Com informações do site carta capital

ANDES-SN

Diretoria do ANDES-SN convoca 62º Conad

O ANDES - Sindicato Nacional convocou, em 18 de abril, o 62º CONAD, com o tema central “Avançar na unidade e reorganização da classe trabalhadora: em defesa da educação pública e nenhum direito a menos!”.

O evento se realiza entre os dias 13 e 16 de julho, na cidade de Niterói (RJ), sediado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (Aduff Seção Sindical do ANDES-SN) e se reveste de grande importância já que vai avaliar a estratégia do movimento docente e dos trabalhadores frente aos ataques e retiradas de direitos, levados a cabo pelo governo Temer.

As seções sindicais e sindicalizados poderão enviar contribuições ao Caderno de Textos do 62º Conad até o dia 3 de junho, por email.

Os textos enviados após essa data, até o dia 26 de junho, irão compor o Anexo ao Caderno, que será publicado no dia 30 de junho.

A Circular 103/2017 do sindicato nacional, que pode ser encontrada no site da APES, www.apesjf.org.br, e no SemanAPES, contém as orientações para apresentação de

contribuições ao Caderno de Texto e seu anexo, além de informações sobre participação de delegados e observadores e suplentes e também a documentação necessária para o credenciamento.

O CONAD tem a função de atualizar o plano de lutas e analisar as contas do sindicato.



Foto do último Conad

Expediente

O Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF-SSind)

Redação, diagramação, fotos e Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem: 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 / Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br

Presidente: Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação
Vice-Presidente: Jalon de Moraes Vieira - IF Sudeste - MG - Campus Juiz de Fora
Secretária Geral: Marina Barbosa Pinto - Faculdade Serviço Social
1ª Secretária: Alice Mary Monteiro Mayer - Faculdade Educação Física
2ª Secretária: Luiz Antônio da Silva Peixoto - Instituto de Ciências Humanas
1º Tesoureiro: Custódio Gouvêa Lopes da Motta - Aposentado
2º Tesoureiro: Thiago Barreto Maciel - C.A. João XXIII

Plano Municipal de Educação - Executivo e Legislativo desfiguram proposta da sociedade

Professores Municipais demonstram indignação com PJJ

Debates de meses envolvendo professores e estudiosos foram ignorados por vereadores e pelo Executivo

No dia 27 de março, o Plano Municipal de Educação (PME) de Juiz de Fora foi aprovado pelos vereadores da cidade por 12 votos a favor e seis contra, gerando revolta nos professores municipais, já que tanto o poder executivo quanto o legislativo desfiguraram a proposta já amplamente debatida pela sociedade civil.

O plano havia

sido discutido por cinco meses por professores e estudiosos, dentro do Fórum Municipal da Educação e aprovado na Conferência Municipal da Educação no ano de 2015. Logo após, foi enviado ao Poder Executivo, que, sem o diálogo com a sociedade, o devolveu em 2016 com 50 alterações.

Após o golpe final com a aprovação em março de 2017, o Sindicato dos Professores de Juiz de Fora (Sinpro) se manifestou com indignação, enviando moções de repúdio pela omissão da Secretaria Municipal de Educação e pela atuação do Executivo Municipal. “Tal descaso



ficou claramente demonstrado pelo engavetamento do anteprojeto, pelo Executivo, por um ano, sem que nenhuma consulta ou pedido de esclarecimentos fossem feitos ao Fórum, e

sobretudo, pela desfiguração do texto aprovado pela Conferência. Inadmissível que o Prefeito, de forma autoritária e impositiva, tenha desrespeitado a Conferência Municipal de Educação, impondo um

Docentes da rede municipal de Juiz de Fora protestam na Câmara dos Vereadores de Juiz de Fora

novo Plano que foge aos parâmetros estabelecidos pelo PNE, inclusive rompendo com as diretrizes da LDB e artigos da Constituição Federal”, disse a Moção aprovada pelo Sindicato dos Professores.

Trator teve tentativa de retirar sindicato das negociações

O Sindicato dos Professores enviou também moção de repúdio ao Presidente da Câmara, Rodrigo Matos. No documento, os docentes o acusaram de conivente com a manobra do Executivo, que tinha enviado para o plenário da câmara muitos ocupantes de cargos comissionados. O objetivo era disputar a pressão sobre a aprovação do projeto.

“... como um triste e vergonhoso espetáculo, a começar pela conivência do presidente desta casa frente a presença de ocupantes de cargos comissionados, principalmente daqueles que, com atitudes fascistas e violentas, provocavam, desrespeitosamente, os educadores presentes. Repudiamos, também, a clara manobra protagonizada pela presidência, ao indicar a votação englobada das emendas apresentadas

pelo vereador Betão, que visavam o restabelecimento do texto da Conferência Municipal de Educação, prejudicando a análise, individual, de cada uma”, disse a moção.

Além do trator sobre as propostas da Conferência Municipal da Educação, dois fatos chamaram a atenção no processo. A aprovação da proposta do vereador André Mariano do PSC, que restringiu o uso da palavra “diversidade” no meio escolar (veja ao lado) e a tentativa frustrada do vereador Charles Evangelista de retirar o Sindicato dos Professores das negociações que envolvem o Plano Municipal da Educação.

Mariano tentou, ainda, ao lado do Vereador Fiorilo, ressuscitar pontos da proposta «escola sem partido».

CONFIRA COMO FICOU O TEXTO COM A MUDANÇA SOBRE O CONCEITO DE DIVERSIDADE

Art. 2º-A. A promoção da cidadania e dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade não poderá se sobrepor aos direitos dos pais à formação moral de seus filhos, nem interferir nos princípios e valores adotados ao ambiente familiar, conforme assegurado pela Convenção Americana dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, Código Civil Brasileiro e demais normas infraconstitucionais.

Art. 3º O Plano Municipal de Educação visa:

- I - reafirmar a educação escolar como um direito inalienável de todos e responsabilidade do Estado em sua garantia;**
- II - assegurar que a educação escolar com qualidade social seja efetivada como tema estratégico de Estado;**
- III - consolidar as instituições de ensino como espaços coletivos de produção e disseminação de conhecimentos, de respeito às diversidades, de formação de valores democráticos e de convivência cultural e política.**

Parágrafo único. Por respeito às diversidades entenda-se, estritamente, a garantia de universalização do acesso à Educação Básica na rede regular de ensino e o atendimento educacional especializado, oferecendo condições físicas para esta universalização, a todas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de modo a concretizar, no espaço do Município de Juiz de Fora, os valores constitucionais da dignidade humana e da cidadania pela inclusão plena desta parcela da população ao sistema de ensino local.

OPINIÃO SINDICAL

A aprovação do Plano Municipal de Educação em 27 de março explicitou o autoritarismo do poder executivo local e também da maior parte da Casa legislativa. Desprezando a construção histórica da sociedade brasileira, ratificada pela Constituição federal de 1988, dos espaços democrático de representação dos segmentos sociais na construção das políticas sociais, como Conselhos e Conferência Municipais, cuja função social é buscar o debate a confluência de propostas para atender às demandas da sociedade. Ao aprovar de modo autoritário, com mudanças que sequer foram oficialmente apresentadas ao Conselho, utilizando de vil recurso de “encher o plenário” com membros do poder executivo de cargos comissionados e ir na contramão dos avanços em curso no processo de formação a partir da inclusão de temas como diversidade e gênero, o prefeito e seus asseclas só fazem explicitar sua verve golpista e seu serviço ao que de mais conservador pode se ter na formação dos adolescentes e da juventude que serão os construtores do futuro.



«É indispensável que o tema da democr

Enquanto a sociedade brasileira conviver com um dos sistemas de co estaremos à mercê de golpes e contragolpes, numa democracia cap

Por Paulo Roberto Figueira Leal, Professor da Faculdade de Comunicação da UFJF, doutor em Ciência Política

Mais de 98% dos lares brasileiros têm acesso ao sinal das TVs abertas. Somando-se o alcance deste meio aos demais (impressos, rádio, TV paga, internet), é lícito argumentar que quase a totalidade da população de nosso país recebe em algum momento – direta ou indiretamente – informações e conteúdos mediados por essas tecnologias de comunicação. Para milhões de brasileiros das camadas populares, com escassos recursos em seus orçamentos familiares, por vezes a única fonte de lazer disponível e a única fonte de notícias possível são aquelas oferecidas pelas emissoras de TV aberta e de rádio.

Um fenômeno com essa escala não é, nem pode ser, objeto de interesse exclusivo de profissionais e de pesquisadores do campo da comunicação social. Interessa à sociedade discutir os efeitos culturais, políticos e econômicos daquilo que se pode identificar como um bios midiático a vertebrar a vida cotidiana contemporânea. O foco de atenção deve ser ainda maior para

aqueles setores da mídia que constituem concessões públicas – ou seja, áreas que, por definição constitucional, pertencem à sociedade e que, por intermédio do Estado, têm suas operações concedidas

“ Para milhões de brasileiros das camadas populares, com escassos recursos em seus orçamentos familiares, por vezes a única fonte de lazer disponível e a única fonte de notícias possível são aquelas oferecidas pelas emissoras de TV aberta e de rádio

por determinado período a organizações privadas. Quem são os concessionários desse serviço público? Como operam e o que oferecem aos ouvintes e telespectadores?

“ Isso produz um grave déficit democrático. A assimetria de acesso às concessões públicas de radiodifusão, com claros mecanismos de exclusão de setores imensos da sociedade impedidos de expor suas opiniões, cria um problema estrutural para a existência de um verdadeiro debate público no país. Não há debate de fato quando só um lado tem o direito de expor suas perspectivas em arenas como TVs e rádios.

A resposta, infelizmente, aponta para um grave problema. O sistema comunicacional brasileiro é altamente concentrado em pouquíssimas empresas controladas por pouquíssimas famílias, que são proprietárias de praticamente todos os veículos de comunicação de alcance nacional (e o fenômeno da concentração se repete nos níveis regional, estadual e local).

E o pior: essas organizações vocalizam praticamente em uníssono a mesma visão de mundo – que poderíamos posicionar à direita do espectro ideológico, com todas as consequências políticas e econômicas daí decorrentes. É óbvio que o sistema está desequilibrado: posições ideológicas situadas mais à esquerda, antagônicas a essas de viés conservador, simplesmente não

encontram espaço de vocalização pelos meios de comunicação de maior alcance (que, reitera-se, são concessões públicas e, portanto, pertencem a toda a sociedade, e não apenas a uma parte dela).

Ao longo das

“ O sistema comunicacional brasileiro é altamente concentrado em pouquíssimas empresas controladas por pouquíssimas famílias, que são proprietárias de praticamente todos os veículos de comunicação de alcance nacional (e o fenômeno da concentração se repete nos níveis regional, estadual e local).

décadas, são numerosos os exemplos de interferência dessas empresas em processos eleitorais, em coberturas enviesadas que apresentam como verdade indiscutível o que é apenas uma das versões possíveis, em escolhas editoriais que negam o direito à fala e à visibilidade a todos os segmentos sociais que discordam das visões hegemônicas. Isso produz um grave déficit democrático. A assimetria de acesso às concessões públicas de

radiodifusão, com claros mecanismos de exclusão de setores imensos da sociedade impedidos de expor suas opiniões, cria um problema estrutural para a existência de um verdadeiro debate público no país. Não há debate de fato quando só um lado tem o direito de expor suas perspectivas em arenas como TVs e rádios. Em 2018, quando se espera que o país reencontre nas urnas o curso democrático interrompido com o golpe parlamentar de 2016, é indispensável que o tema da democratização da mídia volte a ser discutido. O preço de não o fazermos é o de permanecer vulneráveis a novos golpes (de todos os tipos) contra a própria democracia.

A
control
comun
receita
O
mídia e
grupos
em car
enfrent
viver n
passan
publici
C
esperan
notícia
anda d
da divi
integra
pelas a
grupos
distrib
órgãos

CONSTITUIÇÃO

O artigo 220 define que não pode haver monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica.

O artigo 221 define que a produção regional e independente devem ser es

O artigo 223 define que o sistema de comunicação no país deve respeitar a complementaridade entre os setores de comunicação pública, privada e estatal.

O artigo 54 determina que deputados e senadores não podem ser donos de concessionárias de serviço público

«A concentração da mídia volte a ser discutido»

Comunicação mais concentrados do mundo, agenda

A concentração é brutal. Poucas famílias controlam as principais empresas de comunicação no país e quase a totalidade da publicidade.

O Brasil é o país de maior concentração da mídia entre as nações democráticas. Apenas seis famílias respondem pela distribuição de notícias e programas de caráter nacional ou regional. Os demais são controlados pelas agruras do mercado, tendo que lutar diariamente contra monstros e gigantes, enfrentando dificuldades e crises na luta por verbas públicas.

Com o aparecimento da internet, a luta pela democracia na distribuição de mídia continua com sites independentes e alternativos errapando já que esse setor não participa do bolo por duas razões especiais: não recebem o Bônus de Volume (BV), controlado pelas agências para levar recursos para os grandes meios de mídia, e também são excluídos da distribuição de verba publicitária oficial – dos recursos públicos nas três esferas.



REALIDADE

Uma única emissora controla cerca de 70% do mercado de TV aberta.

Monopólio

Cerca de 98% de toda produção de TV no país é feita no eixo Rio-São Paulo

Centralizadas

A imensa maioria do espectro de radiodifusão é ocupada por canais privados com fins lucrativos. Ao mesmo tempo, as 5.000 rádios comunitárias autorizadas no país são proibidas de operar com potência superior a 25 watts. Uma única rádio comercial privada chega a operar em potências superiores a 400.000 watts.

Desigualdade

A família Sarney, os senadores Fernando Collor, Agripino Maia e Edson Lobão Filho, entre muitos outros parlamentares, controlam inúmeros canais em seus estados.

Emenda Constitucional 95 Meio bilhão a menos

Estudo confirma previsão de corte drástico no orçamento da UFJF

Se fosse aplicada desde 2009, Emenda traria riscos ao funcionamento da Instituição

Perda orçamentária de mais de meio bilhão de reais em oito anos na UFJF. Este é o resultado de um estudo feito pela APES, utilizando dados fornecidos pela Administração Superior da Instituição, que simula a aplicação da Emenda Constitucional 95 (antiga PEC 55 ou PEC dos gastos), caso ela estivesse em vigor entre 2009 e 2016, tomando como base o exercício orçamentário executado em 2008. (veja tabela completa no site da APES*).

Com esse resultado, é possível confirmar as previsões do Sindicato, que alertou para a grande contenção nos

valores de custeio e de capital que ocorrerá nos próximos anos, prejudicando diretamente o ensino, a pesquisa e a extensão, afetando laboratórios, projetos, obras e o próprio funcionamento da UFJF em todos os níveis.

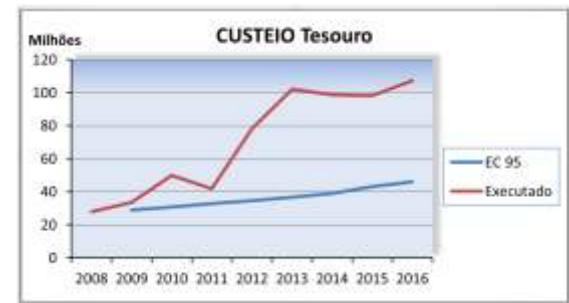
Apesar da resistência de sindicatos, do ANDES, da APES e de parte da sociedade que estava atenta ao que acontecia, a emenda constitucional foi aprovada em 15 de dezembro de 2016, caracterizando uma vitória do Governo Temer, e tem como principal objetivo um corte geral de gastos, que vai prejudicar fortemente o funcionamento do serviço público, especialmente a educação e a saúde.

De acordo com o texto da emenda, o teto para 2017, primeiro ano de

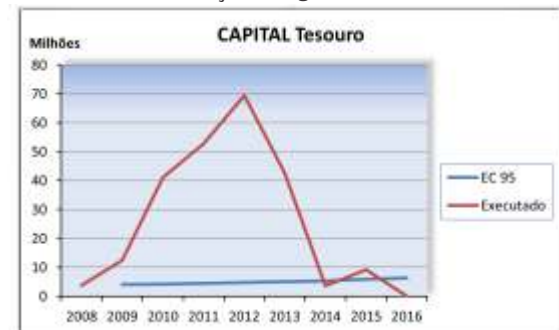
vigência da nova regra, será definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluídos os restos a pagar), com a correção de 7,2%, a inflação havia sido prevista para 2016. A partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Resta saber qual é o limite do suportável, diante de tamanhas ameaças, para o funcionamento digno das Instituições Federais de Ensino, na busca da excelência de uma educação de qualidade.

O gráfico das despesas de CAPITAL torna claro que o achatamento, neste caso, já teve início em 2014, chegando a quase inexistência de execução em 2016 (somente 0,03% do total dos 9 anos considerados). Pode-se relembrar que a principal consequência foi a total paralisação da grande maioria das obras que estavam em andamento na UFJF e algumas poucas encontram-se em ritmo bastante lento até os dias de hoje.



O gráfico acima mostra a evolução geral das despesas de CUSTEIO e fica muito fácil observar o achatamento que a aplicação da EC 95 causará ao longo do tempo. A consequência desse achatamento será um retrocesso substancial nas atividades correspondentes a esse grupo, ou mesmo a inviabilização de algumas delas.



O gráfico das despesas de CAPITAL torna claro que o achatamento, neste caso, já teve início em 2014, chegando a quase inexistência de execução em 2016 (somente 0,03% do total dos 9 anos considerados). Pode-se relembrar que a principal consequência foi a total paralisação da grande maioria das obras que estavam em andamento na UFJF e algumas poucas encontram-se em ritmo bastante lento até os dias de hoje.

Na tabela completa cedida pela UFJF* as despesas anuais ocorridas no período foram agrupadas da seguinte forma:

- PESSOAL: Ativos, Inativos e PSSS.
- BENEFÍCIOS: Aux. Alimentação, Aux. Transporte, Aux. Creche, Assist. Médica e Outros Benefícios.
- CUSTEIO Tesouro: Capacitação, Assist. ao Estudante, Func. Grad/Pós-Grad, REUNI, CTU e João XXIII.
- CUSTEIO Próprio: Fonte 250, Fonte 280 e Fonte 281.
- Governador Valadares: Custeio e Capital.
- CAPITAL Tesouro: Obras, Inversões Financeiras e Equipamentos.
- CAPITAL REUNI: Obras e Equipamentos.
- CAPITAL Própria: Obras e Equipamentos.
- EMENDA PARLAMENTAR: Custeio e Capital.
- TOTAL.

Embora a referida tabela constitua um padrão de comparação bastante interessante, a presente análise se concentrou nas despesas relativas a CUSTEIO e a CAPITAL arcadas com verbas vindas do Tesouro (tabela a seguir), considerando que são as que possivelmente sofrerão o maior impacto.

ÍÑ JIÊTÍ Î GÍ Ñ ÍÉFÍÍ GÉ Ê EDÍÊ ÊÍ ÊÊÍ GÊÍ ÊÊÍ GÊF JÍ ÊÊ ÊÊÊÊÊÊÊÊ ÊÊÊÊÊÊÊÊ ÊÊÊÊÊÊÊÊ ÊÊÊÊÊÊÊÊ

Exercício	IPCA ANUAL	CUSTEIO Tesouro			CAPITAL Tesouro			TOTAL		PERDAS
		EC 95	Executado		EC 95	Executado		EC 95	Executado	
			Abs.	Perc.		Abs.	Perc.			
2008	4,31%		27.896.042	4,37%		3.827.386	1,63%		31.723.428	
2009	5,90%	30.815.165	49.952.674	5,26%	3.992.346	12.380.347	5,27%	33.090.708	45.916.690	12.825.982
2010	6,50%	30.815.165	49.952.674	7,83%	4.227.895	41.043.674	17,48%	35.043.060	90.996.348	55.953.288
2011	5,83%	32.818.151	41.950.926	6,58%	4.502.708	52.783.521	22,47%	37.320.859	94.734.446	57.413.588
2012	5,91%	34.731.449	78.248.452	12,27%	4.765.216	69.428.603	29,56%	39.496.665	147.677.055	108.180.390
2013	6,40%	36.784.077	102.145.267	16,01%	5.046.840	42.599.478	18,14%	41.830.918	144.744.745	102.913.827
2014	10,67%	39.138.258	98.671.163	15,47%	5.369.838	3.620.150	1,54%	44.508.096	102.291.313	57.783.216
2015	6,28%	43.314.311	98.145.431	15,39%	5.942.800	9.113.273	3,88%	49.257.110	107.258.704	58.001.593
2016		46.034.449	107.274.181	16,82%	6.316.007	66.646	0,03%	52.350.457	107.340.827	54.990.370
TOTAL			637.820.479	100,00%		234.863.076	100,00%			508.062.255

Luiz Cláudio Ribeiro Emoções de um compositor das gerais

Professor Cacáudio lança seu primeiro CD «Mantiqueira»



MANTIQUEIRA POR CACÁUDIO

Música por música

A bênça, mãe, parceria com Kadu Mauad, pede, como o título diz, a bênção da mãe para ir pescar; para ir em busca dos sonhos; traz ao fundo diversos ritmos mineiros e um belíssimo arranjo para quarteto de cordas;

Linha do infinito: essa ciranda melodiosa, que teve participação do Ronaldo do Bandolim, diz que “com a linha do infinito costurei o meu destino junto ao teu”;

Cara Carola, parceria com Tiago Miranda, é um choro com letra bem humorada. Fala da Carola, moça que gostava de coisas caras, importadas. Quebrou o pai e o marido;

O galo nem cantou, samba que fala de um marido atencioso, carinhoso, faz tudo para a mulher. Mas quando ele vai pro samba ... só volta depois que o galo cantar;

Amar é o que mais nos resta, modinha em parceria com Paulinho Pedra Azul (que também cantou na faixa), traz arranjo de quarteto de cordas do Caetano Brasil sobre melodia que lembra composições brasileiras do início do século XX com toques de harmonia moderna e letra romântica como só Paulinho é capaz;

Os olhos de Ofélia: balada com letra delicada e muito bem costurada por Juliana Stanzani sobre texto de Nathália Lãoturco;

Questão de tato, traz a influência do rock, numa letra densa do Tiago Sarmiento (que tocou as belíssimas guitarras da faixa);

Mantiqueira, música título do CD, parceria com Márcio Correa, traz o interior de Minas na viola de Fabrício Conde e ao lembrar que “deslizo em cachoeira, na Mantiqueira eu fui feliz”;

Quando a sanfona chora traz a sanfona do excelente Toninho Ferragutti e letra de Dudu Costa, que conta lindamente um casamento na roça;

Velho Chico, o blues é um blues mineiro, um blues rural, que contou com o baixo de Dudu Lima e a guitarra sutil de Salim Lamha. Letra muito bem feita por Kadu Mauad o violeiro e o bluseiro são herdeiros de uma mesma vibração;

Santa Cruz da terra é uma composição polirrítmica com letra de Dudu Costa em homenagem aos trabalhadores rurais e um arranjo repleto de ousadias;

Yara, valsa de melodia e harmonia muito bem trabalhadas e linda poesia de Márcio Correa. Teve a participação magistral do grande pianista, compositor e arranjador Cristóvão Bastos e a voz etérea da “Yara” Laura Jannuzzi.

Com os olhos marejados de uma emoção tranquila, o Professor Luiz Cláudio Ribeiro, do Instituto de Ciências Exatas da UFJF, o Cacáudio, fala, em visita à APES, sobre sua mais recente criação, o CD Mantiqueira, lançado no final de 2016 pela Lei Murilo Mendes de Incentivo à Cultura.

O trabalho é recheado de canções e poesia, contendo ciranda, modinha, valsa, toadas, choro e blues. O nome Mantiqueira refere-se a um distrito de Santos Dumont, terra natal do artista, lugar onde passou parte da vida entre cachoeiras e florestas. “Mas acabou também se referindo à mineiridade da serra da Mantiqueira que está presente no CD”, explica.

Mantiqueira conta com muitas participações especiais de renome nacional, como o parceiro de estrada e composição Paulinho Pedra Azul, o piano inspirado de Cristóvão Bastos, o virtuosismo de Ronaldo do Bandolim, do grupo Época de Ouro, a sanfona de Toninho Ferragutti, o baixo de Dudu Lima, o ritmo de Joãozinho da Percussão e muito da nata dos poetas e músicos de Juiz de Fora.

Quem assina a direção musical é Caetano Brasil. “Nas composições procurei valorizar a diversidade de gostos e influências que tenho e as parcerias com artistas de uma geração mais nova que a minha. De doze músicas, dez são parcerias, letristas que ouvem minha música com carinho”.

Com 48 anos de música, desde as aulas de piano nos tempos de grupo escolar em Santos Dumont, e 30 anos de UFJF, onde sempre esteve no movimento docente, Cacáudio se diz um pisciano sensível que conta ter deixado as lágrimas surgirem em vários momentos da confecção do CD Mantiqueira. “No decorrer do processo todo de gravação, da participação das pessoas, via o que todos doavam de si para a construção do projeto. À medida que ia vislumbrando os arranjos foi muita emoção”.

Cacáudio conta ter recebido influências das modinhas do início do século 20, da música mineira, dos Caimi, de Chico Buarque, Edu Lobo. No entanto, não gosta de se enquadrar em um estilo, se definindo como multifacetado. Bom para quem ouve.

Bom para a música de Juiz de Fora.

“No decorrer do processo todo de gravação, da participação das pessoas, via o que todos doavam de si para a construção do projeto. À medida que ia vislumbrando os arranjos foi muita emoção”.

Imagens do CD Mantiqueira de Cacáudio



Alternativas - PICs são capazes de fazer a diferença num processo renovado nos modos alternativos de promover saúde

Práticas integrativas e complementares em saúde (PICs), um olhar crítico frente a crise da saúde no Brasil.

Prof. Dr. João Batista Picinini Teixeira.
Professor-Titular de DFarmacologia do ICB/UFJF. Médico. Farmacêutico. Bioquímico. Doutor em Medicina Social (UERJ)

Medicina tradicional chinesa, homeopatia, medicina antropomórfica, fitoterapia, práticas corporais e meditativas são modalidades nas PIC

Na UFJF criamos o PROPLAMED em 1986 (Programa de Medicina em Terapias Complementares e Fitoterapia) com o objetivo de reunir as práticas integrativas e complementares na atenção à saúde pública em Juiz de Fora como uma proposta para todo o país.

A aplicação no Sistema Único de Saúde (SUS) induz uma reflexão, quando se analisa a realidade nacional, uma sociedade complexa que incorporou recursos tecnológicos sofisticados e dispendiosos. O programa se identifica com a maneira de aprender e praticar a saúde, uma vez que as PICs se caracterizam pela interdisciplinaridade e pela linguagem popular que se contrapõem à visão altamente tecnológica de saúde na sociedade de mercado, dominada por convênios

cujo objetivo precípua é gerar lucro e fragmentar o tratamento especializado que não dão conta da totalidade do ser humano em busca de soluções para suas mazelas.

As PICs se tornaram realidade na

“ O programa se identifica com a maneira de aprender e praticar a saúde, uma vez que as PICs se caracterizam pela interdisciplinaridade e pela linguagem popular que se contrapõem à visão altamente tecnológica de saúde na sociedade de mercado, dominada por convênios cujo objetivo precípua é gerar lucro

rede de atenção à saúde pública num processo de expansão. Podemos constatar que inúmeros municípios brasileiros praticam pelo menos uma das distintas modalidades que integram as práticas, a saber: medicina tradicional chinesa, homeopatia, medicina antropomórfica, fitoterapia, práticas corporais e meditativas. O crescimento da população, o aumento

da expectativa de vida, a multiplicação de técnicas, disciplinas e novas especialidades médicas que proliferam são ao mesmo tempo a riqueza e o drama do setor saúde, afeta as relações comunicativas, as ações coordenadas dos novos conhecimentos e a integração do conjunto de informações que se produz quando se leva em conta a necessidade de tomar decisões complexas, integração entre as distintas disciplinas é o desafio mais premente da saúde, que é obrigada a enfrentar a diversidade e a multiplicidade de formação dos profissionais para conceber projetos de trabalho que contribuam para o intercâmbio de informações tão diversificadas, de modo a dar sentido às intervenções sobre a saúde.

Atualmente pesquisadores vêm corroborando essa visão, ao enfatizar a

“ Trata-se de mostrar que as PICs são alternativas capazes de fazer a diferença e se tornar parte de um processo renovado nos modos alternativos de promover saúde, não lucrativos, menos onerosos e mais aptos a cuidar do ser humano.

importância da subjetividade nas práticas e nos cuidados médicos, ao afirmar ser a pluralidade disciplinar o caminho para uma visão ampla e global do ser humano. É nesse panorama que as práticas integrativas, com seu arsenal de recursos, podem

“ O que justifica a luta pela implementação e expansão das PICs? A melhor resposta é a dos trabalhadores de saúde engajados na prática das PICs. Ao perceberem o sentido dessas práticas no dia a dia de trabalho, vivendo-as e utilizando-as. Os que as praticam o fazem não porque aprenderam outra técnica de saúde e desejam aplicá-la, mas motivados pela vontade de afirmar uma identidade de cuidado oposta ao modelo dominante

contribuir para a integração disciplinar, através de uma tradição milenar de uso continuado e praticamente inalterado dos mesmos recursos tecnológicos, pautados pela interdisciplinaridade. Essa característica permite afirmar que se trata de um progresso

sustentável e de extrema importância que se valorizam no trabalho de saúde pública. O uso das "práticas integrativas e complementares" no Sistema Único de Saúde merece reflexão, quando se investiga o sentido de sua adoção na política nacional brasileira. Nesse contexto, o que justifica a luta pela implementação e expansão das PICs? A melhor resposta é a dos trabalhadores de saúde engajados na prática das PICs. Ao perceberem o sentido dessas práticas no dia a dia de trabalho, vivendo-as e utilizando-as. É a melhor forma de avaliar sua importância para a saúde coletiva. Os que as praticam o fazem não porque aprenderam outra técnica de saúde e desejam aplicá-la, mas motivados pela vontade de afirmar uma identidade de cuidado oposta ao modelo dominante.

Trata-se de mostrar que as PICs são alternativas capazes de fazer a diferença e se tornar parte de um processo renovado nos modos alternativos de promover saúde, não lucrativos, menos onerosos e mais aptos a cuidar do ser humano.

Como esse olhar crítico podemos afirmar que o caminho para o enfrentamento da crise na saúde brasileira encontra resposta positiva na solução de problemas que vêm enfrentando.